

**CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE
SANTA CATARINA**

**CLAUDIA MARTINS
ELOY JOÃO LOSSO FILHO
JOSEMAR STAHELIN**

**AS DEMANDAS SÓCIO-EDUCACIONAIS PARA O PROEJA
NA REGIÃO METROPOLITANA DE FLORIANÓPOLIS E A
OFERTA NO CEFET-SC**

**FLORIANÓPOLIS
2007**

**CLAUDIA MARTINS
ELOY JOÃO LOSSO FILHO
JOSEMAR STAHELIN**

**AS DEMANDAS SÓCIO-EDUCACIONAIS PARA O PROEJA NA
REGIÃO METROPOLITANA DE FLORIANÓPOLIS E A OFERTA
NO CEFET-SC**

Monografia apresentada como requisito parcial ao Programa de Especialização em Educação Profissional Técnica Integrada ao Ensino Médio na Modalidade de Jovens e Adultos, do Centro Federal de Educação Tecnológica de Santa Catarina.

Orientador: Prof. Dr. Jorge Luiz Silva Hermenegildo.

**FLORIANÓPOLIS
2007**

Martins, Claudia – Eloy João Losso Filho e Josemar Stahelin

As Demandas Sócio-Educacionais Para o Projeja na Região Metropolitana de Florianópolis e a Oferta no CEFET-SC /
Claudia Martins - Eloy João Losso Filho e Josemar Stahelin;
orientação de Prof. Dr. Jorge Luiz Silva Hermenegildo
Florianópolis: Centro Federal de Educação Tecnológica de Santa Catarina, 2007.

Monografia do Curso de Especialização em Educação Profissional Técnica Integrada ao Ensino Médio na Modalidade de Jovens e Adultos

**CLAUDIA MARTINS
ELOY JOÃO LOSSO FILHO
JOSEMAR STAHELIN**

**AS DEMANDAS SÓCIO-EDUCACIONAIS PARA O PROEJA NA
REGIÃO METROPOLITANA DE FLORIANÓPOLIS E A OFERTA NO
CEFET-SC**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao CEFETSC - Centro Federal de Educação Tecnológica de Santa Catarina - Unidade - Florianópolis/SC, Curso de Especialização em Educação Profissional Técnica Integrada ao Ensino Médio na Modalidade de Jovens e Adultos.

Florianópolis (SC), Agosto de 2007.

Professor Orientador,

Prof. Dr. Jorge Luiz Silva Hermenegildo.

Banca:

Prof. Msc. Marival Coan

Banca:

Prof. Dr. Mauricio Gariba Junior

FLORIANÓPOLIS

Agosto de 2007

SUMÁRIO	
1. INTRODUÇÃO	01
1.1 DELIMITAÇÃO DO PROBLEMA.....	05
1.2 OBJETIVOS	06
1.2.1 Objetivo Geral	06
1.2.2 Objetivos Específicos	06
1.3 JUSTIFICATIVA	07
2. O PROEJA E O DESAFIO DAS RELAÇÕES ENTRE A EDUCAÇÃO E O MUNDO DO TRABALHO.....	09
2.1 A EJA E O E O MUNDO DO TRABALHO.....	11
2.2 REGIÃO METROPOLITANA DE FLORIANÓPOLIS	12
2.3 ESTUDO SISTEMATIZADO SOBRE DEMANDAS SÓCIO-EDUCACIONAIS PARA O EJA	13
2.3.1 O CENTRO DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS –CEJA – FLORIANÓPOLIS/SC	17
2.3.2 A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE FLORIANÓPOLIS.....	18
2.3.3. A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SÃO JOSÉ.....	21
2.3.4 A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE BIGUAÇÚ	25
2.3.5 A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE PALHOÇA	30
2.3.6 DADOS ESTATÍSTICOS POR REDE NOS MUNICÍPIOS DE FLORIANÓPOLIS, SÃO JOSÉ, BIGUAÇÚ E PALHOÇA	32
3 AS DEMANDAS SÓCIO-EDUCACIONAIS PARA O EJA E O PROCESSO DE OFERTA NO CEFET-SC	35
3.1 PROJETO PEDAGÓGICO DO EJA NO CEFETSC – UNIDADE FPOLIS.....	35
3.2 O EJA – PROEJA NO CEFETSC – UNIDADE FLORIANÓPOLIS	36
3.3 GRÁFICOS DO EJA-PROEJA NO CEFETSC – UNIDADE FLORIANÓPOLIS.....	38
3.4 ANÁLISE DO PROCESSO DE OFERTA DO CEFET-SC FRENTE AS DEMANDAS SÓCIOS-EDUCACIONAIS	40
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	42
5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	45

RESUMO

Nesta monografia pontuam-se dados coletados por meio de entrevistas e pesquisa de campo referentes ao número de jovens no Ensino de Jovens e Adultos - EJA na região metropolitana que abrangem a atuação imediata das unidades do CEFET-SC, que correspondem aos municípios de Florianópolis, Biguaçu, São José e Palhoça, visando caracterizar as necessidades do Programa de Integração da Educação Profissional Técnica de Nível Médio na Modalidade de Jovens e Adultos - PROEJA, a partir de referencial teórico levantado. Esta pesquisa apresenta, dessa forma, elementos que permitem avaliar possibilidades e os limites do PROEJA, considerando a demanda Sócio-Educacional na região metropolitana de Florianópolis e a experiência vivida no Centro Federal de Educação de Santa Catarina – CEFET-SC.

Palavras-Chave: demanda sócio-educacional, educação de jovens e adultos, PROEJA.

1. INTRODUÇÃO

As mudanças no mundo do trabalho decorrem da nova ordem econômica mundial que requer uma nova força de trabalho, principalmente por parte dos jovens, determinando, que estes se preparem para compreender o mundo em que vivem e atuem nele criticamente com responsabilidade e especialmente para serem absorvidos por um mercado impreciso e cada vez mais exigente.

De acordo com Fichtner (1998, p. 25), o desenvolvimento desenfreado de novas tecnologias está gerando mudanças nas funções sociais do conhecimento, das comunicações e no modo de vida das pessoas. A escola sendo uma instituição responsável pela universalização do conhecimento, nem sempre consegue cumprir sua função de garantir a apropriação do conhecimento científico como forma de inserção social e cultural do sujeito no mundo. Perante tal contexto, faz-se necessário repensar a escola, bem como, o papel da Educação de Jovens e Adultos (EJA), que se visualiza como um direito do cidadão, buscando entender nesse repensar o que significam tais mudanças e suas implicações para a vida humana, para a escola e para educação. O referido autor, salienta que:

Repensar a escola não é um jogo intelectual, não é tarefa, nem um dever que tenha que ser intelectualmente ou conceitualmente resolvido por solitários teóricos e estudiosos. Repensar a escola só poderá ser realizado quando ela já tiver na prática novas funções. E este repensar a escola dependerá fundamentalmente da postura dos professores que na lida diária com o aluno incorporem ao processo de ensino o desenvolvimento do novo porém, de forma construtiva para a construção do cidadão. (FICHTNER, 1998, p. 25)

Nesse cenário de mudanças sociais e econômicas, a Educação de jovens e adultos passa a ser visualizada, sendo que a atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN, lei nº 9394/96 - criou dispositivos que favorecem o atendimento da grande parcela da população que por diversos motivos foi excluída da Educação formal, possibilitando a continuidade do processo por meio da Educação de Jovens e Adultos.

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Brasil, como modalidade nos níveis fundamental e médio, não vêm observando adequadamente a demanda, no cumprimento do direito, nos termos estabelecidos pela Constituição Federal de 1988 haja vista o grande número de jovens fora da escola conforme dados do IBGE-2000.

Quando refletimos sobre a importância da EJA na transformação social é que compreendemos as dificuldades que sua implantação implica, como política permanente num país profundamente desigual como o Brasil.

A demanda social por políticas públicas é exigida pela EJA em ações que resultem em um corpo teórico bem estabelecido e que respeitem as dimensões sociais, econômicas, culturais, cognitivas e afetivas do jovem e do adulto em situação de aprendizagem escolar.

Esses jovens retornam, por meio da EJA, certos da falta que faz a escolaridade em suas vidas, acreditando que não conseguem postos de trabalho e lugares de emprego pela baixa escolaridade, desobrigando o sistema capitalista da responsabilidade que lhe cabe pelo desemprego estrutural.

O PROEJA, originário do Decreto nº. 5.478, de 24/06/2005, revela a decisão governamental de atender à demanda de jovens e adultos pela oferta de educação profissional técnica de nível médio da qual, em geral, são excluídos, bem como, em muitas situações, do próprio Ensino Médio.

O pressuposto referencial do Programa é preparar o aluno para uma formação integral em todos os níveis e não apenas um técnico para ingressar no mercado de trabalho.

O programa alerta para a necessidade de uma política de trabalho, que articule as políticas públicas, emprego e renda, de educação, de ciência e tecnologia, de cultura, de meio ambiente e de agricultura sustentável, identificadas e comprometidas com a maioria, para realizar a travessia possível em direção a um outro mundo.

Essa política de educação profissional e tecnológica, nos moldes aqui tratados, também seja destinada, com o mesmo padrão de qualidade e de forma pública, gratuita, igualitária e universal, aos jovens e adultos que foram excluídos do sistema educacional ou a ele não tiveram acesso nas faixas etárias denominadas regulares, sendo esse o objetivo central desse documento base –

uma política educacional para proporcionar o acesso do público de EJA ao Ensino Médio integrado à Educação Profissional Técnica de Nível Médio.

Os cursos técnicos integrados no âmbito de uma política educacional pública devem ter a capacidade de proporcionar educação básica sólida, em vínculo estreito com a formação profissional, ou seja, a formação integral do educando.

O mercado de trabalho exige profissionais capazes de compreender com a realidade social, econômica, política, cultural e do mundo do trabalho, para nela inserir-se e atuar de forma ética e competente, técnica e politicamente, visando à transformação da sociedade em função dos interesses sociais e coletivos, especialmente os da classe trabalhadora.

Os alunos deste processo não terão garantia de emprego ou melhoria material de vida, mas abrirão possibilidades de alcançar esses objetivos, além de se enriquecerem com outras referências culturais, sociais, históricas, ou seja, terão a possibilidade de ler o mundo, no sentido freireano, estando no mundo e o compreendendo de forma diferente da anterior ao processo formativo.

Segundo Paiva (2006) considera-se que na atualidade a EJA continuou tendo novo sentido. Este sentido se produz em escolas, em movimentos sociais, no trabalho, nas práticas do dia a dia. Para além da alfabetização, cada vez mais se afastou, nas políticas públicas, das conquistas e reconhecimento do valor da educação como base ao desenvolvimento humano, social e solidário.

Mais do que o Ensino Fundamental, a perspectiva da universalização do Ensino Médio demonstra ser necessário um mínimo de 12 a 13 anos de escolaridade para que se possa considerar um jovem apto a partilhar da cultura escrita contemporânea, lendo e escrevendo a realidade com autonomia e experiência.

As mudanças no mundo do trabalho produziram multidões de desempregados e a oportunidade de emprego não existe mais para muitos, com e sem qualificação. Nesta “desordem do progresso” (BUARQUE, 1992), ricos e pobres assustam e se assustam em todas as partes do planeta, em países ricos e em países pobres. Crescem as intolerâncias e as discriminações que fertilizam o ódio por desconhecer o próximo como outro. Sua presença obstrui e ameaça.

No embate da prioridade para a alfabetização de adultos, bandeira antiga dos educadores e dos Fóruns do EJA, o Governo brasileiro reconhece o movimento histórico nacional e internacional de luta em defesa do direito à educação para todos, assumindo o desafio de organizar, como política pública, especialmente, a área de EJA, não se restringindo mais ao campo da alfabetização.

A Educação de Jovens e Adultos, com o sentido de aprender por toda a vida, responde às exigências do mundo contemporâneo, para além da escola. Como modalidade de ensino, descortina um modo de fazer educação diferente do regular, que começa na alfabetização, mas não pára aí, porque o direito remete, pelo menos, ao nível do Ensino Fundamental.

Muitos adultos que integram a EJA carregam o peso da impossibilidade da escola pela insuficiência da oferta de vagas, mas há um enorme contingente considerado jovem sobre o qual pesa a não-permanência, o insucesso, porque eles expressam, em síntese, o fracasso do Estado no tocante a políticas sociais em geral, e não apenas educacionais, porque uma das causas mais acentuadas do afastamento da escola diz respeito à pobreza, que exige, nas famílias, mais braços trabalhando para aumentar a renda familiar.

A Educação de Jovens e adultos, como modalidade de Ensino Fundamental e Médio, tem como desafio desenhar respostas significativas às necessidades, experiências e perspectivas de futuro desses jovens.

Segundo Dante Henrique Moura, do Centro Federal de Educação Tecnológica do Rio Grande do Norte - CEFET-RN, salienta que:

Educar jovens e adultos, não se restringe a tratar de conteúdos intelectuais, mas implica lidar com valores, com formas de respeitar e reconhecer as diferenças e os iguais. E isto se faz desde o lugar que passam a ocupar nas políticas públicas, como sujeitos de direitos. Nenhuma aprendizagem, portanto, pode-se fazer destituída do sentido ético, humano e solidário que justifica a condição de seres humanizados, providos de inteligência, senhores de direitos inalienáveis (MOURA, 2004, p. 23).

1.1 DELIMITAÇÃO DO PROBLEMA

O PROEJA é instituído pelo Decreto nº 5.478, de 24/06/2005 visa atender a demanda de jovens e adultos, e propõe uma ampliação e aprofundamento dos seus princípios epistemológicos e objetiva a formação humana com acesso aos saberes e conhecimentos científicos, tecnológicos, históricos e profissionalizantes.

O número de jovens na EJA tem aumentado principalmente nas regiões metropolitanas, pois é uma oportunidade de formação escolar que supera a distorção idade-série.

Para que se tenha o PROEJA a sua continuidade e seu sucesso, tem que se ter a princípio uma clientela. Sabendo da existência dessa clientela, é preciso também, saber onde ela está e qual o seu número.

Saber a demanda sócio-educacional para o PROEJA na grande Florianópolis, para se traçar um mapa das necessidades da manutenção ou não do PROEJA, bem como avaliar o aumento ou diminuição da oferta na Grande Florianópolis, é um dos principais desafios para as Instituições envolvidas neste processo.

Dessa forma, a apresentação da temática visa contribuir para que as instituições envolvidas com a oferta de vagas para o PROEJA na região metropolitana possam obter elementos de análise de seus programas por meio da identificação das demandas sócio-educacionais para o PROEJA na região Metropolitana de Florianópolis.

A educação está na pauta das discussões mundiais e cada vez mais se fala na importância de seu papel no desenvolvimento da sociedade. A realidade vivida pelos jovens e adultos, tem assumido uma relevância cada vez maior na sociedade contemporânea.

No Brasil as discussões sobre Educação de Jovens e Adultos (EJA), tem refletido em debates, na mídia, gerando objeto para implantação e revisão de políticas públicas.

Conforme já se expôs, o problema desta pesquisa é de identificar os limites e possibilidades do PROEJA considerando a demanda sócio-educacional na região metropolitana de Florianópolis e a experiência vivida no Centro Federal de Educação Tecnológica de Santa Catarina – CEFET-SC.

Considera-se de fundamental importância analisar a EJA em um sentido amplo, tomando como referência, a pluralidade dos sujeitos que dela fazem parte.

A EJA representa hoje, uma nova possibilidade de acesso a educação, acompanhada de garantias legais. A constituição de 1988 tornou a EJA, um direito de todos os que não tiveram acesso a escolaridade e de todos que tiveram este acesso, mas não puderam completá-lo.

Embora se reconheça que apenas compreender as concepções da EJA, não basta para conformar as políticas públicas, por outro lado, entendemos que elas podem provocar mudanças nas imagens dominantes que a sociedade constrói sobre estes sujeitos sociais que são os jovens.

Para o adequado posicionamento sobre o tema da pesquisa foram identificados autores que situam a EJA como categoria social, para em seguida relacionar as mesmas com as políticas públicas no Brasil.

A partir da experiência do PROEJA, no CEFET-SC, no município de Florianópolis, bem como as demandas na EJA na região metropolitana de Florianópolis, identificou-se a necessidade de levantar dados referente as demandas do PROEJA, mapeando as ofertas e identificando as necessidades para implementação do mesmo, sendo este o eixo condutor desta pesquisa.

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 OBJETIVO GERAL

- Identificar as demandas Sócio-Educacionais na Grande Florianópolis e a relação com a oferta no CEFET-SC no tocante a EJA, especificamente o PROEJA.

1.2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Pesquisar o referencial teórico sobre o PROEJA
- Levantar dados que permitam caracterizar a oferta para o PROEJA na região metropolitana de Florianópolis
- Estabelecer relações entre a oferta na região metropolitana de Florianópolis com a oferta no CEFET-SC nas Unidades Florianópolis e São José.

1.3 JUSTIFICATIVA

O Programa de integração de Jovens e Adultos (PROEJA) é originário do Decreto nº 5.478, de 24/06/2005 visa atender à demanda de jovens e adultos e propõe uma ampliação e aprofundamento dos seus princípios epistemológicos e objetiva a formação humana com acesso aos saberes e conhecimentos científicos, tecnológicos, históricos e profissionalização de qualidade, bem como o resgate da identidade por meio de uma proposta de formação cidadã.

A formação em EJA é um projeto que objetiva principalmente, amenizar a problemática da baixa escolaridade do sujeito resultante da exclusão social atrelada à globalização econômica.

Um terço da população brasileira não consegue concluir o ensino fundamental e da população economicamente ativa, cerca de 10 milhões de pessoas maiores de 14 anos e integradas à atividade produtiva são analfabetas ou subescolarizadas. Enfrentar tal situação, há uma preocupação em se criar políticas públicas para atender as classes populares que venham combater a evasão escolar. Assim, o número de jovens na EJA tem aumentado principalmente nas regiões metropolitanas porque é uma oportunidade de formação escolar que supera a discrepância da distorção idade-série.

Assim sendo é preciso ter dados atualizados, da demanda sócio-educacional para o PROEJA. Observamos através do Curso de Especialização em Educação Profissional Técnica Integrada ao Ensino Médio na Modalidade de Jovens e Adultos, que cabe um estudo de caso a respeito deste tema.

A concepção do PROEJA traçada no documento base, está inscrita no marco da construção de um projeto possível de sociedade mais igualitária e fundamentase nos eixos norteadores das políticas de educação profissional atualmente vigentes: a expansão da oferta pública de educação; o desenvolvimento de estratégias de financiamento público que permitam a obtenção de recursos para um atendimento de qualidade; a oferta de educação profissional dentro da concepção de formação integral do cidadão (Ensino Médio Integrado à Educação Profissional Técnica de Nível Médio) – formação esta que combine, na sua prática e nos seus fundamentos científico-tecnológicos e histórico-sociais, trabalho, ciência e cultura – e o papel estratégico da educação profissional nas políticas de integração social.

Esta concepção de uma educação integral e integrada precisa ser proporcionada de forma pública, gratuita e com qualidade, tanto aos jovens egressos do Ensino Fundamental – aqueles que estão na faixa etária denominada “regular” – como para os jovens e adultos que, quando estavam nessa faixa etária, não tiveram oportunidade de acesso à escola ou dela foram expulsos por vários aspectos socioeconômicos, dentre eles a busca pela sobrevivência. Cabe destacar o conteúdo de preconceito que carrega essa expressão “faixa etária regular”, tão utilizada entre nós, inclusive no meio educacional. Essa expressão traz consigo uma idéia que culpabiliza os jovens e adultos que não tiveram acesso à escola, em geral por falta de oferta pública e gratuita, ou por sua inadequação às características desses jovens. Assim, por contraste com a idéia de faixa etária “regular”, esses indivíduos são estereotipados como irregulares, à margem, como se isso fosse opção, responsabilidade e culpa deles. Ao colocar o Ensino Médio integrado à Educação Profissional Técnica de Nível Médio na modalidade EJA em debate, tem-se em mente divulgar e contribuir com sua implementação, mediante o necessário diálogo entre gestores públicos, intelectuais, educadores e estudantes, conscientizando e confrontando pontos de vista diversos e divergentes.

Além disso, o referencial teórico analisado, o levantamento de dados das demandas sócio-educacionais oportunizam ao CEFET-SC avaliar os processos de oferta e gestão do programa PROEJA.

2 O PROEJA E O DESAFIO DAS RELAÇÕES ENTRE A EDUCAÇÃO E O MUNDO DO TRABALHO

Um dos maiores desafios para a implantação do PROEJA nas instituições Públicas de ensino, consiste em integrar a Educação Profissional Técnica de Nível Médio, a Modalidade de EJA no nível Médio, garantindo ao educando uma formação humana por meio do PROEJA em um projeto nacional de desenvolvimento soberano frente aos desafios de inclusão social e da

A associação da formação inicial e continuada à oferta do Ensino Fundamental na modalidade EJA objetiva qualificar trabalhadores, assegurando a elevação do seu nível de escolaridade. Para a formação orientada ao exercício de profissões técnicas, a articulação com o Ensino Médio na modalidade EJA pode ser desenvolvida de duas formas integrada e concomitante, ambas previstas no Decreto n. 5.154/04. Em ambos os casos, além do atendimento às exigências da formação técnica, é preciso garantir a sedimentação das bases de formação geral requeridas para o exercício da cidadania, o acesso às atividades produtivas, a continuidade dos estudos e o desenvolvimento pessoal conforme o decreto do PROEJA.

O PROEJA tem, também, um grande significado como desafio à construção curricular, pois o Decreto nº 5.840/06, no § 4º do seu Art. 1º, prevê que:

Os cursos e programas do PROEJA deverão ser oferecidos, em qualquer caso, a partir da construção prévia de projeto pedagógico integrado único, inclusive quando envolver articulações interinstitucionais ou intergovernamentais.

A falta de qualificação da força de trabalho, especialmente no que se refere à educação básica, constitui um dos mais significativos desafios econômicos, cuja solução tem caráter estruturante.

A elevação da escolarização e a Educação Profissional e Tecnológica precisam também estar associadas aos recursos mobilizáveis para o desenvolvimento local, integrado e sustentável, como estratégia de um projeto soberano e autônomo de país. O Decreto nº 5.840/06, no parágrafo único do seu Art 5º, determina, assim, que as áreas profissionais escolhidas para a

estruturação dos cursos do PROEJA devem, preferencialmente, ser as que guardam maior sintonia com as demandas de nível local e regional, de forma a contribuir com o fortalecimento do desenvolvimento socioeconômico e cultural.

Cresce, portanto, a consciência em relação à importância destas ofertas educacionais e, com ela, as oportunidades para todos que trabalham ou pretendam expandir sua atuação neste campo de atividades profissionais. Uma abordagem mais profissional e socialmente comprometida está se forjando no país. Essa é também uma das razões pelas quais os sistemas de ensino, profissionais da educação e instituições educacionais se sentem incentivados a contribuir.

Assim, o Decreto nº 5.840/06, no seu Art. 9º, determinou que o acompanhamento e o controle social do desenvolvimento nacional desse programa sejam exercidos por comitê nacional, com função consultiva. O parágrafo único desse artigo estipula, ainda, que a composição, as atribuições e o regimento desse comitê devam ser definidos conjuntamente pelos Ministérios da Educação e do Trabalho e Emprego.

Para estruturar cursos do PROEJA, as instituições precisam enfrentar e dar respostas criativas para desenho e desenvolvimento curriculares inovadores. Essa tarefa representa, de fato, um grande desafio à criatividade das instituições, dos docentes e dos especialistas envolvidos, particularmente quando se trata da opção de oferta integrada do Ensino Médio na modalidade EJA à Educação Profissional Técnica de Nível Médio, estruturas curriculares com níveis mais complexos de regulamentação.

De acordo com o professor Moura (2004, p.34):

O desenvolvimento do PROEJA representa, então, uma grande oportunidade para sua exploração como espaço aberto à pesquisa, à experimentação pedagógica, à produção de materiais didáticos e à formação especializada de profissionais da educação. Além da mudança conceitual muito profunda que houve na forma de entender a EJA, que resultou na obsolescência do paradigma anterior que informava as práticas do Ensino Supletivo, há o desafio de inovar na Educação Profissional mediante essa combinação curricular

Segundo os pressupostos do próprio Ministério da Educação, é necessário que os cursos técnicos sejam concebidos a partir da clara definição do perfil de conclusão de curso, com base em elementos de leitura da estrutura sócio-ocupacional e tecnológica, das demandas sociais e da vocação da instituição de ensino. Há necessidade, ainda, de que esses cursos sejam inseridos no Cadastro Nacional de Cursos Técnicos, como forma de sua validação nacional.

2.1. – A EJA E O MUNDO DO TRABALHO

Como modalidade a EJA implica um modo próprio de fazer educação, indicando que a característica dos sujeitos jovens ou já trabalhadores é bastante diferenciada dos demais alunos, pois trazem consigo toda uma bagagem de experiências, vivências, saberes. Os cursos oferecidos devem contemplar todo um estudo sobre regionalidade, para que o mercado local absorva o seu novo saber. Segundo Buarque (1992, p. 55):

É pelo trabalho que os seres humanos transformam a natureza em meios de vida. Mas não fazem isso apenas de forma repetitiva. Ao transformar a natureza, homens e mulheres acumulam conhecimentos que, simultaneamente, mudam sua forma de produzir os meios de sua própria vida e sua relação com a natureza.

Com a constituição da escola, espaço destinado à transmissão de saberes, fica estabelecido possibilidades de vinculação entre a educação escolar e o mundo do trabalho.

A profissionalização pela escola é vista pelo jovem como caminho ao emprego, em especial, para as populações trabalhadoras. No Brasil, os anos 40 assistem ao início do SENAI, local público de qualificação profissional, sob a ótica e gerenciamento empresarial. Por fim e ainda em curso nos países menos desenvolvidos como o Brasil, a terceira Revolução Industrial, com berço no Japão e no último quarto do século XX, introduz a informática, os sistemas integrados de produção computadorizada e as telecomunicações, que trazem a produção flexível, a automação e a desterritorialização da produção, causando a precarização do trabalho assalariado pelo descompasso entre o aumento da produtividade do trabalho e o consumo.

Se todas as Revoluções Industriais causaram desemprego tecnológico, o impacto desta, ainda em curso, é incomparavelmente maior.

Segundo Israel Paul Singer (1998, p. 24) :

Melhor do que a palavra ‘desemprego’, precarização do trabalho descreve adequadamente o que está acontecendo. Os novos postos que estão surgindo em função das transformações das tecnologias e da divisão internacional do trabalho não oferecem, em sua maioria, ao seu eventual ocupante as compensações usuais que as leis e os contratos coletivos vinham garantindo.

Dentro desse novo contexto, atribui-se aos trabalhadores o dever de escolaridade, em nome de um suposto atributo de empregabilidade consequência da conquista de escolaridade e de determinadas qualificações e competências ao trabalhador individualmente.

A formação profissional deve acompanhar o processo de implementação da atividade escolhida e pode, por esse procedimento, evitar o erro clássico freqüente na educação profissional e apontado por Ladislau Dowbor (1996, p. 38):

Em diversas instituições de formação: formam-se contadores, torneiros, marceneiros, mas não se ensina como gerar uma atividade nova e nem se dinamiza o emprego local correspondente, fazendo com que essa formação apenas gere um desempregado com certificado.

2.2 REGIÃO METROPOLITANA DE FLORIANÓPOLIS

O principal motivo de se pesquisar a região metropolitana de Florianópolis, se deve ao fato do CEFET-SC, possuir três Unidades de Ensino nesta região em questão. A Unidade Florianópolis, a Unidade Continente e a Unidade São José. Em função do raio de abrangência direta do CEFET-SC, o universo da pesquisa limitou a região metropolitana de Florianópolis aos municípios de Florianópolis, Biguaçu, Palhoça e São José.

A população estimada desses municípios de acordo com dados do IBGE em 2000 corresponde, respectivamente:

- Florianópolis, em 2000, tinha uma população de 342.315 habitantes, desses, em torno de 20% desses habitantes estão na faixa etária de 15 a 24 anos, isso corresponde a 69.989 jovens e adolescentes. Em 2004 de acordo com projeções do IBGE, essa população estava na faixa de 386.913 habitantes;
- Biguaçú, no ano de 2000, sua população estava em torno de 48.077 habitantes, desses, considerando jovens e adultos que estão na faixa de 10 a 19 anos são 38,28%;
- Palhoça, era em torno de 102.724 habitantes, desses, 19,5% constituídos por adolescentes e jovens na faixa etária de 15 a 24 anos.
- São José, eram 173.559 habitantes, de acordo com o senso de 2000, desse total 34.963 são jovens entre 15 a 24 anos, isso corresponde a 20% da população.

2.3 – ESTUDO SISTEMATIZADO SOBRE DEMANDAS SÓCIO-EDUCACIONAIS PARA A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS - EJA

Conforme Moura (2004, p.30):

O principal papel de uma Instituição Pública de ensino, deve ser de proporcionar ao jovem trabalhador, condições para que possa estudar gratuitamente em cursos integrados a uma profissão e poder aplicar este conhecimento como empregado e também como empreendedor.

Se este sujeito é filho de um agricultor, conhece bem a rotina do campo. Porque não oportunizar que ele crie algum produto, artefato, utilizando a tecnologia existente na escola e aplicá-lo de volta onde ele mora? Ao fazer isto a escola garante o seu principal objetivo que é formar profissionais prontos para atuar diretamente neste mercado de trabalho tão competitivo.

A Constituição Federal de 1988 garante o direito ao Ensino Fundamental público e gratuito, independentemente de idade, e responsabiliza os poderes públicos por sua oferta universal. Isso gerou expectativas de que a Educação de Jovens e Adultos – EJA deixasse de ocupar lugar secundário na hierarquia de

prioridades das políticas educacionais e passasse a receber investimentos crescentes. A LDB nº. 9.394/96, nos seus artigos 37 e 38, dá à EJA uma dignidade própria, incluindo-a na Educação Básica como modalidade do Ensino Fundamental.

A EJA foi criada para atender a parcela significativa da população que não concluiu o Ensino Fundamental nas idades previstas na Lei e se constituiu em uma das alternativas educacionais que vem mobilizando Estado e sociedade civil na busca de formulação de políticas, visando atender às reais necessidades do conjunto da população. Isso possibilita à EJA contribuir para a equalização de oportunidades de inserção de jovens e adultos no mundo do trabalho e na vida social, com melhores condições de desempenho e participação na distribuição da riqueza produzida. Segundo preconiza a Declaração de Hamburgo sobre Educação de Jovens e Adultos, de 1997, no Parecer CEB nº 11/2000:

[...] a alfabetização, concebida como o conhecimento básico, necessário a todos, num mundo em transformação, é um direito humano fundamental. Em toda a sociedade, a alfabetização é uma habilidade primordial em si mesma e um dos pilares para o desenvolvimento de outras habilidades. [...] O desafio é oferecer-lhes esse direito... A alfabetização tem também o papel de promover a participação em atividades sociais, econômicas, políticas e culturais, além de ser um requisito básico para a educação continuada durante a vida.

Segundo Moura (2004, p. 74) :

A Educação Profissional enfrenta vários desafios para cumprir a função que lhe é demandada pela sociedade. O mais estrutural deles consiste em encontrar uma equação adequada para o seu financiamento. Além desse, outros aspectos também merecem destaque. Um deles está relacionado com as discrepâncias de oportunidades, e os níveis e perfis de conhecimentos e competências de seus distintos grupos destinatários atuais e potenciais. Outro se refere à demanda no mundo do trabalho por profissionais cada vez mais capazes de gerar soluções e estratégias para enfrentar novos problemas ou antecipar-se a ele.

Pode-se observar que para enfrentar tamanhos desafios na direção de construir caminhos que consolidem a Educação Profissional, enquanto política ativa do governo orientada ao combate à exclusão sociolaboral, são fundamentais parcerias com outros ministérios, com os estados, com os municípios, com outros poderes e esferas públicas, com a iniciativa privada em geral e com o mundo do trabalho em particular, enfim com sociedade que constitui o entorno de cada unidade educacional.

Neste contexto, verifica-se que a Educação Profissional desenvolvida em território nacional busca cada vez mais compreender as necessidades locais e implantar cursos técnicos de nível médio e de tecnologia de nível superior, que venham atender a essas necessidades.

Para as instituições de ensino que oferecem formação profissional (os CEFETs são um exemplo) é de extrema importância conhecer as especificidades das regiões onde estão inseridas. Só assim poderão interagir a favor da sustentabilidade local, formando profissionais especializados, convededores das novas tecnologias emergentes, ou fornecendo às empresas parcerias de prestação de serviços e consultorias tecnológicas.

Para Margarete Pereira Friedrich (2006, p. 58):

O mundo globalizado, o aumento da tecnologia e a automação das indústrias exigem profissionais mais especializados e competentes em suas áreas de atuação sem, contudo, deixarem de ser flexíveis e comprometidos com uma aprendizagem continuada, que dá aperfeiçoamento profissional e amplia suas chances de inserção num mercado de trabalho em expansão e repleto de mudanças.

Segundo Moura (2004, p. 32):

Uma educação profissional consistente, oferecida ao aluno durante seu curso de formação técnica ou tecnológica nos CEFETs, tem garantido ótimos índices de empregabilidade no mercado de trabalho local, regional e nacional, contribuindo assim com a inserção e a sustentabilidade social e a melhoria na qualidade de vida do aluno e de seu grupo familiar.

A educação profissional se preocupa em formar cidadãos conscientes dos contextos onde vão atuar e dispostos a contribuir com mudanças, visto que constroem para si valores relacionados à preservação ambiental, ações pró-ativas em equipes, liderança, iniciativa para resoluções de problemas, busca de informações, interferência em melhorias e processos e produtos, dentre outras características do comportamento empreendedor.

Uma das práticas estabelecidas nas escolas profissionalizantes têm sido a de firmar parcerias com as empresas locais (de micro, pequeno, médio e grande porte), visando conhecer mais de perto as cadeias produtivas que irão absorver os futuros profissionais técnicos e tecnólogos formados pela instituição de ensino, geram excelentes oportunidades de aprendizagem prática nas empresas, agregadas aos conhecimentos necessários à iniciação no mercado de trabalho.

A presença dos Centros de Educação Profissional, nos diferentes estados brasileiros, contribui com a sustentabilidade não apenas dos alunos formados e das empresas parceiras e conveniadas, como também atinge a região, onde estão localizados, por trazer melhorias para as cadeias produtivas locais e comunidade do entorno.

A Educação Profissional, com sua responsabilidade de formar recursos humanos de excelência, ou seja, profissionais aptos a empreender sua carreira e vida pessoal, tem trabalhado alicerçada nos 4 pilares do aprender apresentados pela atual legislação da educação brasileira: saber (construção de conhecimento articulado à sabedoria, e não mero saber repetitivo); saber ser (construção do indivíduo, sua identidade como pessoa, sua valorização como ser humano cidadão); saber fazer (construção do pôr em prática, correlacionando teoria e prática identificadas como saberes de igual valor, adquirindo competências para a laboratoriedade) e saber conviver (construção do ser social, que vive interagindo em sociedade, que expressa os saberes aprendidos com os outros e transformados em sua prática), garantindo assim uma ampla sustentabilidade em seus diversos aspectos.

Esta concepção passa a exigir um conjunto articulado de projetos pedagógicos que, subjacente às atividades propostas, deve buscar estabelecer a relação entre conhecimento concebido enquanto produto – o que requer capacidade para fazer – e conhecimento entendido como processo – o que exige um fazer pensado da ação dos homens. Com isto, reitera-se a importância de atos pedagógicos que oportunizem a reflexão acerca não apenas de produto e de processo, mas também da configuração que a relação entre teoria e prática vem adotando num regime de acumulação flexível, em que a ciência e a tecnologia vêm sendo intensamente incorporadas ao sistema produtivo.

As articulações pretendidas têm como preocupação básica na formação continuada do profissional impedir a presença de tempos e espaços diferentes para aprender teoria e para agir na prática, já que tal procedimento, ao que tudo indica, não mais vem atendendo às suas necessidades profissionais.

É sempre oportuno destacar que, subjacente a toda proposta pedagógica desenvolvida numa instituição de educação profissional, é possível aprender e praticar a cidadania. Isto porque o espaço institucional escolar consiste num espaço onde se desperta o interesse e se exercita a capacidade de participar da vida pública. Assim, pode-se afirmar que a dinâmica do sistema organizacional da instituição é um componente fundamental quer para reforçar, quer para incomodar, ou, ainda, para se contrapor ao sistema político em quaisquer instâncias da sociedade.

2.3.1 – CENTRO DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS – CEJA – FLORIANÓPOLIS/SC.

O Centro de Educação de Jovens e Adultos, mais conhecido como CEJA de Florianópolis, situado na rua General Bittencourt, 234 – Centro – Fpolis/sc – CEP 88.020-100, Fones (48) 3223-5508 – (48) 3222-9274 – Fone Fax (48) 3223-1076, próximo ao CEFET-SC, unidade Florianópolis.

Através de parcerias com o governo federal, estadual e municipal, consegue levar o ensino na modalidade EJA a muitos locais antes ignorados,

como presídios, comunidades indígenas. Faz um trabalho fantástico com portadores de necessidades especiais.

Desde sua criação, sempre buscou fornecer um ensino de qualidade de forma individualizada ao educando. Ao completar 40 anos de serviços prestados ao Município de Florianópolis em 2007, atende anualmente em torno de 2.500 (Dois mil e quinhentos) alunos no Ensino Fundamental e Ensino Médio.

Participa ativamente de vários projetos, entre eles: Projeto Brasil Santa Catarina Alfabetizada, Projeto Telessalas no ensino Fundamental e Ensino Médio em torno de 825 (Oitocentos e vinte e cinco) alunos a cada ano. Projeto Telecurso 2000, ensino Fundamental e Ensino Médio. Projeto EJA Ensino Fundamental e Médio para os índios. Projeto Ensino Médio Portadores de Necessidades Especiais. Projeto Educação Carcerária com o Ensino Fundamental e Médio. Projeto Educação Permanente – Série Professor. Projeto Alunos Especiais, deficiência visual, cegueira. Projeto Alunos Especiais, deficiência auditiva.

2.3 2 – A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE FLORIANÓPOLIS

A obtenção de dados da Secretaria Municipal de Educação de Florianópolis iniciou através de um contato telefônico para agendamento com o responsável pelo EJA. Solicitou-se que sua secretaria comunica-se a nossa urgência, deixamos os nossos telefones para contato. Não se obteve êxito de imediato e durante dois meses fizemos contato não só por telefone, como também através de e-mails.

Em função do tempo limitado para o desenvolvimento da pesquisa, a coleta de dados acabou ocorrendo por meio do acesso ao site da Secretaria Municipal de Educação de Florianópolis. Por intermédio desta consulta, conseguimos acessar o relatório intitulado Tiro de Meta – Segundo tempo, onde foram coletados os dados a seguir:

A Secretaria municipal de Educação de Florianópolis, através do Departamento de Educação Continuada Implementa a organização do trabalho didático na Educação de Jovens e Adultos e nas turmas da Terceira Idade e salas

de alfabetização. Capta recursos materiais e financeiros e estabelece parcerias com entidades organizativas da sociedade civil e não governamentais.

A Educação de Jovens e Adultos, entendida como modalidade da Educação Básica, na etapa do Ensino Fundamental, constituída como direito dos jovens e adultos e dever do Estado, mantida pelo Poder Público Municipal, tem como atribuição básica a garantia de estudos e certificação correspondentes à modalidade de Educação, para aqueles que não tiveram acesso e/ou não lograram concluir o ensino fundamental em idade própria.

O Projeto Político Pedagógico dos Núcleos de Referência de Educação de Jovens e Adultos deverá contemplar medidas que garantam o acesso e a permanência do educando na EJA.

No município de Florianópolis, a demanda de EJA, vem sendo acompanhada, desde o ano 2000. A partir dos dados coletados junto a Secretaria Municipal de Florianópolis, foi possível montar a tabela 2.1 e Gráfico 2.2, para análise da evolução dos alunos matriculados na EJA.

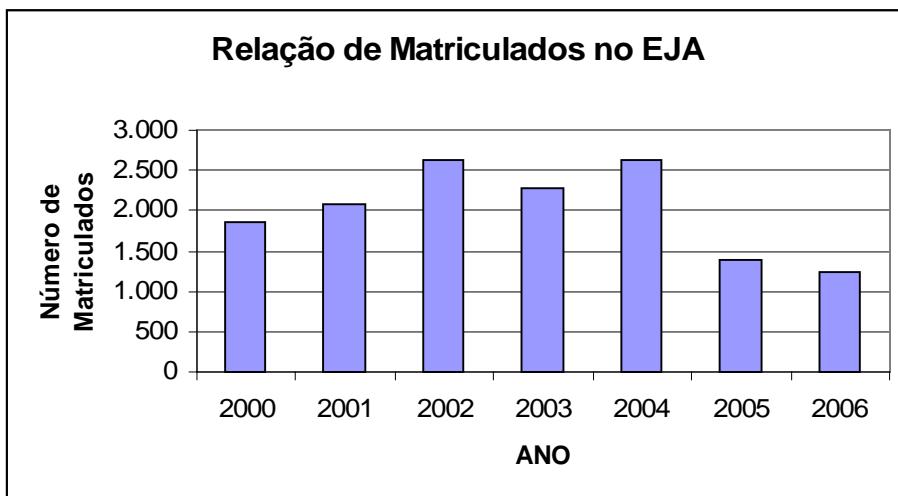
Pode-se observar nas figuras ilustradas que do ano 2000 até 2002 houve uma evolução dos alunos matriculados chegando a 2.618 alunos. Este quadro se manteve até 2004 com 2.638 alunos. Entretanto, em 2005 e 2006 o número de alunos do EJA vem decrescendo chegando em 2006 a 1.248 alunos.

Tabela 2.1 – Matrícula de alunos de EJA no município de Florianópolis

ANO	MATRICULADOS
2000	1866
2001	2087
2002	2618
2003	2285
2004	2638
2005	1385
2006	1248

Fonte: Secretaria Municipal de Educação de Florianópolis – 2005

Gráfico 2.2 – Matrícula de alunos de EJA no município de Florianópolis



Fonte: Secretaria Municipal de Educação de Florianópolis – 2005.

PROGRAMA PRÓ-JOVEM

O ProJovem - Programa Nacional de Inclusão de Jovens: Educação Qualificação e Ação Comunitária é um programa do Governo Federal , implantado em 2005, coordenado pela Secretaria Geral da Presidência da República em parceria com o Ministério da Educação, o Ministério do Trabalho e Emprego e o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome.

Foi criado, para atender jovens de 18 a 24 anos em situação de grande vulnerabilidade, que terminaram a quarta série mas não concluíram a oitava série do Ensino Fundamental, para elevação de sua escolaridade, qualificação profissional e desenvolvimento de ações comunitárias.

É um Programa de iniciação profissional, por meio da Secretaria Geral da Presidência da República, em articulação com o Instituto de Geração de Oportunidades de Florianópolis - IGEOF, promoverá a iniciação profissional de seus alunos, bem como estimulará a formação continuada da sociedade, sendo a rede educacional a promotora e articuladora.

Como se pode observar, conforme os dados ilustrados no gráfico 2.2, foram ofertados 245 vagas, apareceram 100% dos candidatos, e concluíram 53 candidatos, atingindo um percentual de 21,63% do total de vagas oferecidas, no ano de 2006.

Gráfico 2.2 – Demanda do PROJOVEM no município de Florianópolis



Fonte: Secretaria Municipal de Educação de Florianópolis – 2005.

2.3 3 – A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SÃO JOSÉ

Na Secretaria Municipal de São José, o primeiro contato possível ocorreu por meio do telefone, onde foi possível falar com a Coordenadora da EJA em São José.

Em seguida o contato ocorreu por meio do e-mail do setor da EJA, obtendo-se um horário para agendar a entrevista. Como já havíamos enviado o questionário via email, mesmo com todos os requisitos pré-estabelecidos, pelos gestores da EJA em São José, não foi possível obter os dados de imediato.

Passadas algumas semanas, recebemos por meio da Coordenadora da EJA em São José os dados que serão apresentados em seguida:

O projeto de educação de jovens e adultos de São José foi iniciado em 1998. As aulas de alfabetização acontecem com duas horas diárias de aula de 2^a

a 6^a feira, no período noturno. As turmas de 5^a a 8^a série e Ensino Médio – Aulas diárias, freqüências e com duração de 4 semestres para o Ensino Fundamental (5^a a 8^a série) e 3 semestres para o Ensino Médio (1º, 2º, 3º).

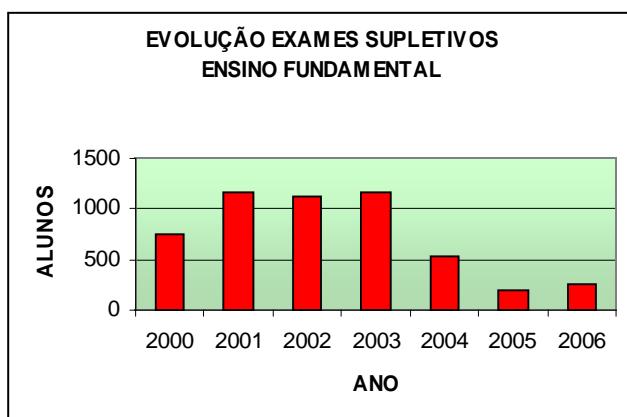
A educação de Jovens e Adultos atende alunos com deficiência (visual, auditiva e motora), oportunizando o acesso ao saber científico que o espaço escolar proporciona.

O grupo de educadores da Educação de Jovens e Adultos – Alfabetização, elaborou material próprio em parceria com a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Também são oferecidos cursos de formação nas diversas áreas do currículo para os educadores que atuam no Programa de Educação de Jovens e Adultos.

Modalidade: Exames Supletivos

Permite ao educando a possibilidade de conclusão do Ensino Médio e Fundamental por meio de provas em finais de semana. A Secretaria Municipal de Educação disponibiliza essas provas em duas etapas anualmente.

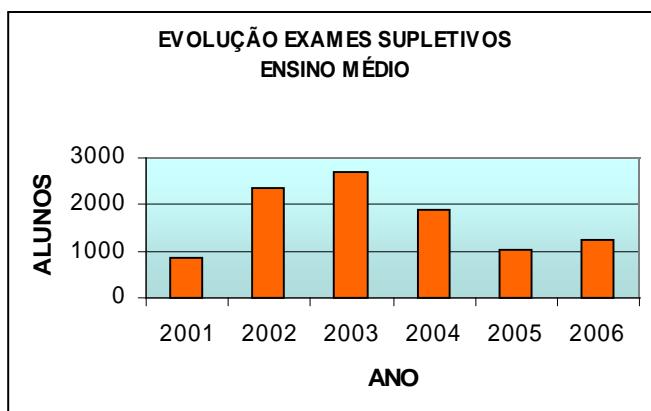
Gráfico 2.3 – Evolução Exames Supletivos no Ensino Médio



Fonte: Secretaria Municipal de Educação de São José – 2005.

Como se pode observar, no gráfico 2.3 (ensino fundamental), ilustra a evolução dos exames supletivos no ensino fundamental no município de São José, começou no ano 2000 com aproximadamente 700 candidatos, em 2001, 1.200 candidatos, em 2002, 1.100 candidatos, em 2003 com 1.200 candidatos, em 2004, 550 candidatos, em 2005, 200 candidatos e finalmente em 2006, com aproximadamente 250 candidatos. Portanto, a partir do ano de 2004, até 2006 houve um decréscimo.

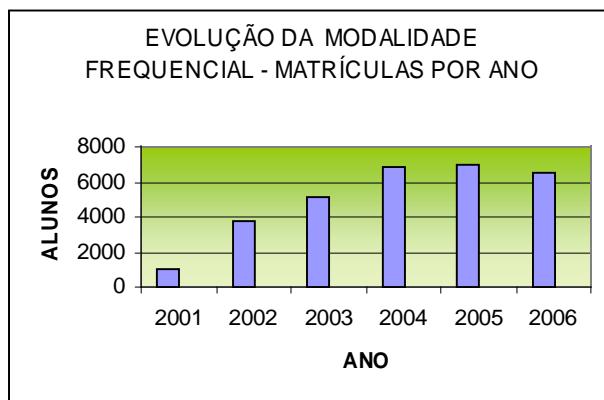
Gráfico 2.4 – Evolução Exame Supletivo no Ensino Médio



Fonte: Secretaria Municipal de Educação de São José – 2005.

Já no gráfico 2.4 (ensino médio), é possível identificar a evolução dos exames supletivos no ensino médio no município de São José, começou no ano 2001 com aproximadamente 800 candidatos, em 2002, 2.400 candidatos, em 2003, 2.600 candidatos, em 2004 com 1.900 candidatos, em 2005, 1.000 candidatos, e finalmente em 2006, com aproximadamente 1.250 candidatos. Destacamos o ano de 2003 como o ano de maior procura, 2.600 candidatos. Já em 2006 houve um decréscimo acentuado, ou seja, 1.250 candidatos.

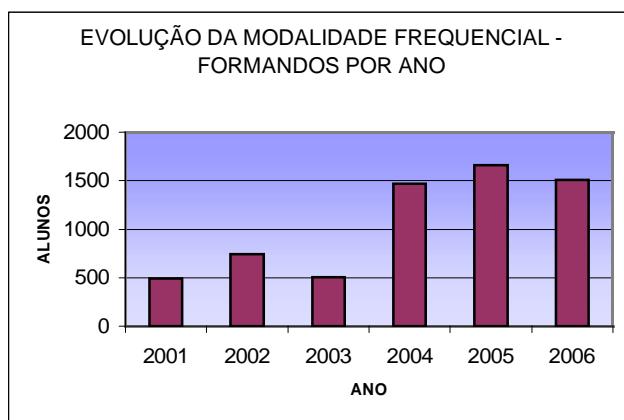
Gráfico 2.5 – Evolução da Modalidade Freqüêncial no Ensino Fundamental



Fonte: Secretaria Municipal de Educação de São José – 2005.

Como pode-se observar, por meio do gráfico 2.5, a evolução da modalidade freqüêncial – matrículas por ano, no município de São José, começou no ano 2001 com aproximadamente 1.000 candidatos, em 2002, 3.900 candidatos, em 2003, 5.000 candidatos, em 2004 com 7.000 candidatos, em 2005, 7.000 candidatos, e finalmente em 2006, com aproximadamente 6.500 candidatos. Pode-se constatar que esta modalidade frequencial está em alta a partir do ano de 2002.

Gráfico 2.6 – Evolução Modalidade Freqüêncial – Número de alunos por ano



Fonte: Secretaria Municipal de Educação de São José – 2005.

Já no gráfico 2.6, a evolução da modalidade freqüêncial – formandos por ano no município de São José, começou no ano 2001 com aproximadamente 500 candidatos, em 2002, 550 candidatos, em 2003, 500 candidatos, em 2004 com 1.400 candidatos, em 2005, 1.600 candidatos, e finalmente em 2006, com aproximadamente 1.500 candidatos.

Pode-se inferir que, diminuiu signitivamente a procura por exames supletivos no ensino fundamental e médio, e aumentou o nº de matrículas na modalidade frequencial nos últimos anos, em 2006, com aproximadamente 6.500 candidatos. E quanto ao número de formandos no ensino frequencial, também houve um aumento expressivo de 1.500 alunos no último ano, em 2006.

2.3 4 – A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE BIGUAÇÚ

Na Secretaria Municipal de Biguaçú, o primeiro contato que se teve foi através do telefone, onde foi possível falar com a Coordenadora da EJA em Biguaçú. Prontamente fomos bem atendidos e logo chegaram os dados via Email que são apresentados a seguir.

Conforme apuração realizada pelo IBGE em outubro de 2003, a população total do município de Biguaçú é de 48.077, deste total 38,28% está na faixa de 10 a 29 anos, considerados adolescentes e jovens. Dentro desta faixa, a taxa de analfabetismo é de 6,1%.

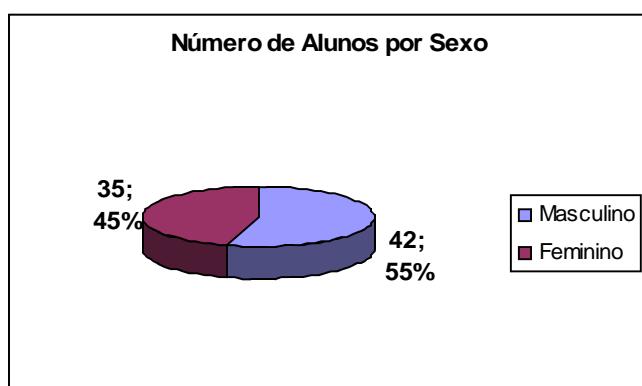
Entre a população adulta (30 – 75 anos ou mais), que é de 19.919, a taxa de analfabetismo é de 47,4%. Considerando a população acima de 15 anos, a taxa de analfabetismo masculina é de 7,4% e o analfabetismo feminino é de 7,7%, destes, 12,3% estão na zona rural, e 6,9% na área urbana. No município de Biguaçú existe o MOVA que é o movimento de alfabetização.

Tabela 2.2 - Dados Estatísticos retirados do CENSO DE 2004, correspondem ao ensino na modalidade de Jovens e Adultos.- 1^a e 4^a séries:

ITEM	CARACTERÍSTICA
Forma de organização	É organizado em ciclos
Duração: 1 ^a e 4 ^a séries:	4 semestres
Horário de Funcionamento:	19:00 horas às 21:45 horas
Número de turmas: 1 ^a e 4 ^a séries:	2 turmas
Matrícula Inicial:	77 alunos
Número de alunos concluintes por nível e sexo:	4 ^a série – masculino: 05 alunos 4 ^a série – feminino: 04 alunos

Fonte: Secretaria Municipal de Educação de Biguaçu – 2004.

Gráfico 2.7 – Número de alunos concluintes por sexo no município de Biguaçu em 2004.



Fonte: Secretaria Municipal de Educação de Biguaçu – 2004.

Como se pode observar, por meio do gráfico 2.7, o número de alunos concluintes por sexo, apresenta uma pequena diferença entre o sexo masculino 42 candidatos, 55% e o sexo feminino 35 candidatos, portanto 45% do total de vagas.

Tabela 2.3 - Número de alunos por ano de nascimento em Biguaçú – Dados Estatísticos do CENSO de 2004(1^a à 4^asérie).

**NÚMERO DE ALUNOS POR ANO DE NASCIMENTO
BIGUAÇÚ– SANTA CATARINA - 2004**

ANO	NÚMERO DE ALUNOS
Antes de 1965	15
De 1965-1969	17
De 1970-1974	06
De 1975-1979	11
De 1980-1986	16
De 1987-1989	08
Após 1989	04

Fonte: Secretaria Municipal de Educação de Biguaçú – 2004.

Como pode-se observar, através da tabela 2.3, o número de alunos por ano de nascimento, os que nasceram antes de 1965, portanto até 42 anos de idade, num total de 15 candidatos. Os que nasceram entre 1965 e 1969, na faixa etária de 42 anos até 38 anos, num total de 17 candidatos.

Para os que nasceram entre 1970 e 1974, ou seja, os que possuem a faixa etária compreendida entre 37 anos e 33 anos, num total de 6 alunos. Na seqüência, os que nasceram entre 1975 e 1979, portanto com idades entre 32 anos e 28 anos, num total de 11 alunos. Para os que nasceram entre 1980 e 1986, ou seja, na faixa etária entre 27 anos e 21 anos, num total de 16 alunos. Já os que nasceram entre os anos de 1987 e 1989, com faixa etária entre 20 anos e 18 anos, num total de 8 alunos. E finalmente os nascidos após o ano de 1989, portanto, menores de 18 anos, um total de 4 alunos.

A Secretaria Municipal do Município de Biguaçú, não disponibilizou os dados referentes ao ano de 2005, portanto os dados a seguir correspondem ao ano de 2006.

Tabela 2.4 - Número de alunos por ano de nascimento em Biguaçú – Dados Estatísticos do CENSO de 2006(1^a à 4^asérie).

ITEM	CARACTERÍSTICA
Forma de organização	É organizado em ciclos
Duração: 1 ^a e 4 ^a séries:	4 semestres
Horário de Funcionamento:	19:00 horas às 21:45 horas
Número de turmas: 1 ^a e 4 ^a séries:	4 turmas
Matrícula Inicial:	99 alunos
Número de alunos concluintes por nível e sexo:	4 ^a série – masculino: 03 alunos 4 ^a série – feminino: 04 alunos

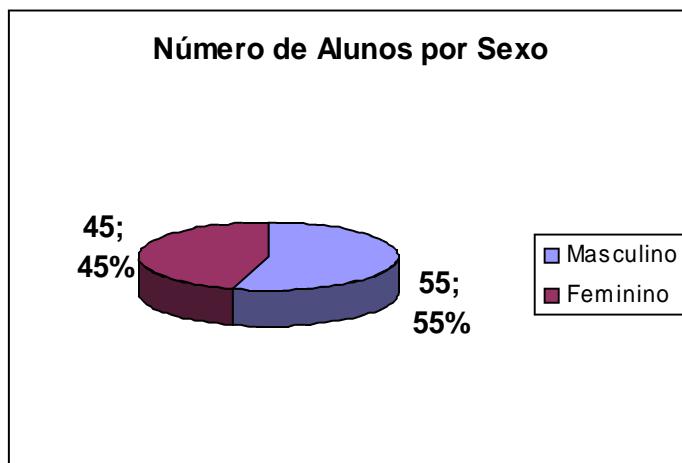
Fonte: Secretaria Municipal de Educação de Biguaçú – 2006.

Verifica-se na tabela 2.4, que houve um aumento do número de turmas, comparado com o ano de 2004, com duas turmas a mais e consequentemente o número de alunos passando de 77 alunos em 2004, para 99 alunos no ano de 2006.

Número de alunos concluintes em 2006 por nível e sexo: 4^a série – masculino: 06 alunos e 4^a série – feminino: 09 alunos

Número de alunos por sexo: Masculino : 55 alunos; Feminino: 45 alunos

Gráfico 2.8 – Número de alunos concluintes por sexo no município de Biguaçú em 2006.



Fonte: Secretaria Municipal de Educação de Biguaçú – 2006.

Tabela 2.5 - Número de alunos por ano de nascimento em Biguaçú – Dados Estatísticos do CENSO de 2006(1^a à 4^asérie).

**NÚMERO DE ALUNOS POR ANO DE NASCIMENTO
BIGUAÇÚ– SANTA CATARINA - 2006**

ANO	NÚMERO DE ALUNOS
Antes de 1967	13
De 1967-1971	02
De 1972-1976	05
De 1977-1981	10
De 1982-1988	11
De 1989-1991	10
Após 1991	02

Fonte: Secretaria Municipal de Educação de Biguaçú – 2006.

Como pode-se observar, por meio da tabela 2.5, o número de alunos por ano de nascimento, os que nasceram antes de 1967, portanto até 40 anos de idade, num total de 13 candidatos. Os que nasceram entre 1967 e 1971, na faixa etária de 40 anos até 36 anos, num total de 02 candidatos. Para os que nasceram entre 1972 e 1976, ou seja, os que possuem a faixa etária compreendida entre 35 anos e 31 anos, num total de 05 alunos. Na seqüência, os que nasceram entre 1977 e 1981, portanto com idades entre 30 anos e 26 anos, num total de 10 alunos.

Para os que nasceram entre 1982 e 1988, ou seja, na faixa etária entre 25 anos e 19 anos, num total de 11 alunos. Já os que nasceram entre os anos de 1989 e 1991, com faixa etária entre 18 anos e 16 anos, num total de 10 alunos. E finalmente os nascidos após o ano de 1991, portanto, menores de 16 anos, um total de 02 alunos.

Podemos concluir que de 2004 até 2006, houve um aumento expressivo de candidatos mais jovens na faixa etária de 16 anos até 26 anos. E permaneceu o número de candidatos com idade superior aos 40 anos.

2.3 5 – A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE PALHOÇA

Nesta Secretaria, através da Gerência de Jovens e Adultos, localizada no prédio da Prefeitura Municipal de Palhoça, verifica-se que o EJA no município de Palhoça, está em plena expansão. Ofertando anualmente, 1700 (Hum mil e setecentas vagas), no Ensino Fundamental. No nível I, (alfabetização), nível II, (séries iniciais) e também, 5^a, 6^a, 7^a e 8^a séries. Totalizando 53 turmas, em dez pólos distintos, conforme tabela 2.6.

Tabela 2.6 - Número de alunos por turmas no município de Palhoça.

ESCOLA	NÍVEL I	NÍVEL II	5 ^a SÉRIE	6 ^a SÉRIE	7 ^a SÉRIE	8 ^a SÉRIE	TOTAL
E. B. PROF ^a ADRIANA WEINGRTNER		1	1		1	1	4
E.B. PROF ^a ANTONIETA S. DE SOUZA		1	1	1	1	1	5
E.E.B. CLAUDETE M ^a DOM. HOFFANN	1	1	2		2	1	7
E.E.B. CLEMENTINA DE S. LOPES	1	1	1	1	1	1	6
E.B. GUILHERME WERTOFF FILHO	1		1	1	1	1	5
E.B. MORRETES II	1				1	1	3
E.B. NERI BRASILIANO MARTINS	1		1	1	1	1	5
E.B. NOSSA SENHORA DE FÁTIMA		1	1	1	1	1	5
E.B. REINALDO WEINGARTNER	1	1	1	1	1	1	6
E.E.B. VICENTE SILVEIRA		1	2		2	2	7
TOTAL	6	7	11	6	12	11	53

Fonte: Secretaria Municipal de Educação de Palhoça – 2006.

As Aulas acontecem de 2^a a 5^a feira, no período noturno, portanto encontros presenciais. Na 6^a feira, os professores se reúnem para avaliação e dar andamento aos projetos desenvolvidos. Noventa por cento dos alunos são trabalhadores. Existe uma parceria com o governo do Estado de Santa Catarina, cabe ao município de Palhoça, o pagamento dos professores envolvidos e o Estado fornece os locais para as salas de aula.

2.3.6 - DADOS ESTATÍSTICOS POR REDE NOS MUNICÍPIOS DE FLORIANÓPOLIS, SÃO JOSÉ, BIGUAÇÚ E PALHOÇA.

Tabela 2.7 – Oferta do Ensino Fundamental nos municípios de Biguaçú, Florianópolis, Palhoça e São José (Fonte: Censo Escolar de 2005).

Município	Dep. Adm.	Ensino Fundamental					
		Afast aband EF	Mat Ens Fundamental	População 7 a14 anos	% Atendimento 7 a14 anos	mat na faixa	% distorção 7 A 14 ANOS
BIGUACU	Estadual	144	6516	9.145	71,25	5528	15,16
	Municipal	80	2222		24,30	1915	13,82
	Particular	0	812		8,88	785	3,33
	Total:	224	9550		104,43	8228	13,84
FLORIANOPOLIS	Estadual	831	23863	52.745	45,24	19994	16,21
	Federal	0	614		1,16	549	10,59
	Municipal	165	15237		28,89	13623	10,59
	Particular	22	13672		25,92	12817	6,25
Total:		1018	53386		101,22	46983	11,99
PALHOCA	Estadual	466	13396	20.516	65,30	11382	15,03
	Municipal	126	6182		30,13	5672	8,25
	Particular	2	1698		8,28	1633	3,83
	Total:	594	21276		103,70	18687	12,17
SAO JOSE	Estadual	233	11229	28.669	39,17	9549	14,96
	Federal	0	0		0	-	-
	Municipal	418	16182		56,44	13316	17,71
	Particular	6	4940		17,23	4713	4,60
Total:		657	32351		112,84	27578	14,75

Fonte: Censo Escolar de 2005.

Esses dados revelam que, a despeito dos esforços feitos pelos municípios, quanto a oferta de ensino fundamental, nas três redes, Estadual, Municipal , ainda existe uma grande demanda a ser atendida.

No município de Biguaçú, com uma população de 9.145 alunos, na faixa etária de 7 a 14 anos, foram matriculados 8.228 alunos, portanto 917 alunos não foram matriculados por algum motivo.

No município de Florianópolis, com uma população de 52.745 alunos, na faixa etária de 7 a 14 anos, foram matriculados 46.983 alunos, portanto 5.762 alunos fora da escola.

No município de Palhoça, com uma população de 20.516 alunos, na faixa etária de 7 a 14 anos, foram matriculados 18.687 alunos, portanto 1.829 alunos fora da escola.

No município de São José, com uma população de 28.669 alunos, na faixa etária de 7 a 14 anos, foram matriculados 27.578 alunos, portanto 1.091 alunos fora da escola.

Em relação a distorção idade-série, na faixa de 7 a 14 anos, no município de Biguaçú é de 13,84%, em Florianópolis é de 11,99%, Palhoça é de 12,17% e São José é de 14,75%.

Tabela 2.8 – Oferta do Ensino Médio nos municípios de Biguaçú, Florianópolis, Palhoça e São José.

Município	Dep. Adm.	Ensino Médio						
		Total Afast Aband EM/Prof	Mat Ens Médio	% Atendimento 15 a17 anos	Fora da escola	Mat na Faixa 15 a17 anos		% distorção 15 a 17 anos
BIGUA	Estad	95	2297	67,48	882	1476	821	35,74
	Mun	0	0	-		-	-	-
	Part	0	225	6,61		211	14	6,22
Total:		95	2522	74,09		1687	835	33,11
FPOLIS	Estad	2961	15237	66,74	-	8244	6993	45,89
	Fed	31	1041	4,56		745	296	28,43
	Mun	0	0	0		-	-	-
	Part	19	6712	29,40		5751	961	14,32
Total:		3011	22990	100,69		14740	8250	35,89
PALHO	Estad	398	5202	69,86	1.795	2826	2376	45,67
	Mun	0	0	0		-	-	-
	Part	1	449	6,03		390	59	13,14
Total:		399	5651	75,89		3216	2435	43,09
S JOSE	Estad	378	5040	43,13	4.045	3245	1795	35,62
	Part	95	404	3,46		358	46	11,39
	Particular	3	1825	15,62		1500	325	17,81
Total:		476	7640	65,38		5394	2246	29,40

Fonte: Censo Escolar de 2005.

Esses dados revelam que no ensino médio, nas três redes, Estadual, Municipal e Particular, ainda existe uma grande demanda a ser atendida.

No município de Biguaçú, com uma população de 3.404. alunos, na faixa etária de 15 a 17 anos, foram matriculados 2.522 alunos, portanto 882 alunos fora da escola.

No município de Florianópolis, com uma população de 22.832 alunos, na faixa etária de 15 a 17 anos, foram matriculados 22.990 alunos, portanto nenhum aluno ficou fora da escola.

No município de Palhoça, com uma população de 7.446 alunos, na faixa etária de 15 a 17 anos, foram matriculados 5.651 alunos, portanto 1.795 alunos não foram matriculados por algum motivo.

No município de São José, com uma população de 11.685 alunos, na faixa etária de 15 a 17 anos, foram matriculados 7.640 alunos, portanto 4.045 alunos não foram matriculados por algum motivo.

Em relação a distorção idade-série na faixa de 15 a 17 anos, no município de Biguaçú é de 33,11%, em Florianópolis é de 35,89%, Palhoça é de 43,09% e São José é de 29,40%.

3 – AS DEMANDAS SÓCIO-EDUCACIONAIS PARA O EJA E O PROCESSO DE OFERTA NO CEFET-SC.

Neste tópico é apresentado o processo de oferta no CEFET-SC com o intuito de avaliar as demandas sócio-educacionais para o EJA e PROEJA.

3.1 – PROJETO PEDAGÓGICO DO EJA NO CEFET-SC – UNIDADE FLORIANÓPOLIS/SC:

Segundo Antunes (2001, p. 38):

O sentido da escola está na transformação da vida, na transformação da sociedade, na transformação do trabalho e na sua relação com o tempo livre. A sociedade passou de um arranjo industrial, centrado na produção de bens materiais, para um arranjo pós-industrial, centrado na produção de bens imateriais: símbolos, informações, estética e valores.

Sabe-se que as desigualdades sócio-econômicas do país privilegiam o acesso às melhores escolas, à tecnologia e a cursos complementares a uma pequena parcela da sociedade. Existe uma grande maioria que encontra dificuldades de acesso e/ou permanência na educação formal. Desde cedo, muitos jovens iniciam atividades de trabalho impossibilitando-os muitas vezes de freqüentar a escola. É a legislação, porém, que preceitua: “a educação é um direito fundamental de todos, mulheres e homens, de todas as idades, no mundo inteiro”.

Dessa forma, o CEFET-SC como descrito no PPI e o projeto do PROEJA, assume a responsabilidade que lhe é de dever: ofertar o PROEJA, com o propósito de qualificar cidadãos alijados do processo formal da escolaridade. Quer, assim, propiciar aos jovens e adultos desempregados ou na iminência de perder o emprego por falta de escolaridade e de qualificação profissional, o acesso ao Ensino Médio e a Educação Profissional para que possam desenvolver o seu potencial, resgatando, acima de tudo, a sua auto-estima e consequentemente a sua cidadania.

A proposta de trabalho no CEFET-SC está pautada na educação inclusiva e significativa que busca, acima de tudo, respeitar as diferenças e caminhar de acordo com a realidade e necessidades dos alunos. Propõe-se a ser uma forma de trabalho diferenciada daquela apresentada para o Ensino Médio regular, na medida em que a Educação de Jovens e Adultos (EJA), “na sua função reparadora necessita ser pensada como um modelo pedagógico próprio a fim de criar situações pedagógicas e satisfazer necessidades de aprendizagem de jovens e adultos” (Parecer CNE/CEB nº11).

Os estudos que deram suporte a esta proposta foram alicerçados na Lei de Diretrizes e Bases da Educação 9394/96, na Resolução CNE/CEB nº 1 de 05/07/00 que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos, nos PCNs do EM.

Nessa perspectiva, de acordo com o Parecer 11/00 – CNE/CEB, “a EJA representa uma dívida social não reparada para com os que não tiveram acesso à escrita e à leitura como bens sociais e nem domínio destas, na escola ou fora dela, e tenham sido a força de trabalho empregada na constituição de riquezas e na elevação de obras públicas. Ser privado desse acesso é, de fato, perder um instrumento imprescindível para uma presença significativa na convivência social contemporânea.”

3.2 – O EJA - PROEJA NO CEFETSC - UNIDADE FLORIANÓPOLIS

O Ensino Médio de Jovens e Adultos: EMJA no CEFET/SC, iniciou no 1º semestre do ano de 2004, com a seguinte característica: Ensino Médio para alunos com idade superior a 18 anos (dezoito) anos. O Curso tinha um período de duração de três módulos (Três semestres letivos). A partir de 2006/1, o Curso foi sendo extinto progressivamente, sendo que os alunos que reprovaram na 1ª fase (2005/2) tiveram a oportunidade de migrar para o PROEJA. Os alunos ingressantes em 2006/2, em virtude das paralisações, iniciaram o semestre em 22/02/07 e irá até 19/07/07. Os alunos da 3ª fase num total de 16 alunos, até o presente momento (16/03/07) estão freqüentando o curso.

O PROEJA, iniciou em 2006/2 com a seguinte característica: Ensino Médio regular para alunos com idade superior a 21(vinte e um anos).Descrição: O Curso têm duração de seis fases (seis semestres letivos ou seis módulos). Cada módulo

corresponde a um semestre letivo. Os três primeiros módulos correspondem à Parte de Formação Geral e preparam para a escolha do curso técnico subsequente. Esses módulos serão oferecidos, obrigatoriamente, no período noturno, conforme apresentado na tabela 3.1.

Tabela 3.1 – Formação Geral (Os Três primeiros Módulos)

Formação Geral: Módulo I (2006/1)	Módulo II (2006/2)	Módulo III (2007/1)
CURSO	Horário	Vagas
Técnico de Nível Médio Modalidade EJA	18h30 min às 22h30min	70

Fonte: Coing – CEFET-SC – 2006.

No início do quarto módulo o aluno inicia a formação técnica Profissional. As opções e os respectivos horários estão registrados na tabela 3.2.

TABELA 3.2 – OPÇÕES DE CURSOS OFERECIDOS AO PROEJA- CEFET-SC conforme edital - (Os três Últimos Módulos).

Formação Profissionalizante: Módulo IV (2007/2)	Módulo V (2008/1)	Módulo VI (2008/2)
OPÇÃO	TURNO/HORÁRIO	VAGAS
Automobilística	Matutino – 7h30min às 11h40min	07
Mecânica Industrial	Vespertino – 13h30min às 17h30min Noturno – 18h30min às 22h30min	07 07
Eletrônica	Noturno – 18h30min às 22h30min	09
(*) Eletrotécnica	Noturno – 18h30min às 22h30min	07
Geomensura	Noturno – 18h30min às 22h30min	07
Informática	Vespertino – 13h30min às 17h30min	05
Meio-ambiente	Noturno – 18h30min às 22h30min	07
Edificações	Noturno – 18h30min às 22h30min	07
Saneamento	Noturno – 18h30min às 22h30min	07
(*) Curso Técnico de Nível Médio	Modalidade EJA	
Opção Eletrotécnica	Será oferecida em sete módulos	

Fonte: Coing – CEFET-SC – 2006.

Para 2007/2 o IV módulo, também foram oferecidas, além das vagas do edital, vagas no curso de meteorologia e nos cursos de panificação e auxiliar de cozinha na unidade continente.

Na Unidade Florianópolis a forma de ingresso no curso do PROEJA é por meio de sorteio. Ele aconteceu no dia 29 de junho de 2006 às 19 horas, conforme especificado no Edital nº 03/2006, no Auditório Prof. Alberto Aparecido Barbosa do CEFET/SC.

No entanto não houve sorteio, pois o número de inscritos foi inferior ao número de vagas, e isso proporcionou matrícula automática a todos os presentes no auditório do CEFET/SC. Ofertou-se 70 vagas e somente 50 candidatos compareceram ao sorteio.

Em virtude disso, foram disponibilizados para novo sorteio, vagas remanescentes, e foram direcionadas ao no Edital nº 04/2006 – PROEJA com toda regulamentação necessária para que o processo, desde a inscrição até o sorteio, ocorresse dentro da normalidade esperada e alcançada nos sorteios anteriores. Este novo foi realizado no dia 18 de julho de 2006 às 19 horas e ocorreu de forma tranquila, salvo quatro candidatos que chegaram atrasados e um que não compareceu.

3.3 –GRÁFICOS DO EJA - PROEJA NO CEFETSC (OFERTA DE VAGAS/ NÚMERO DE INSCRITOS)

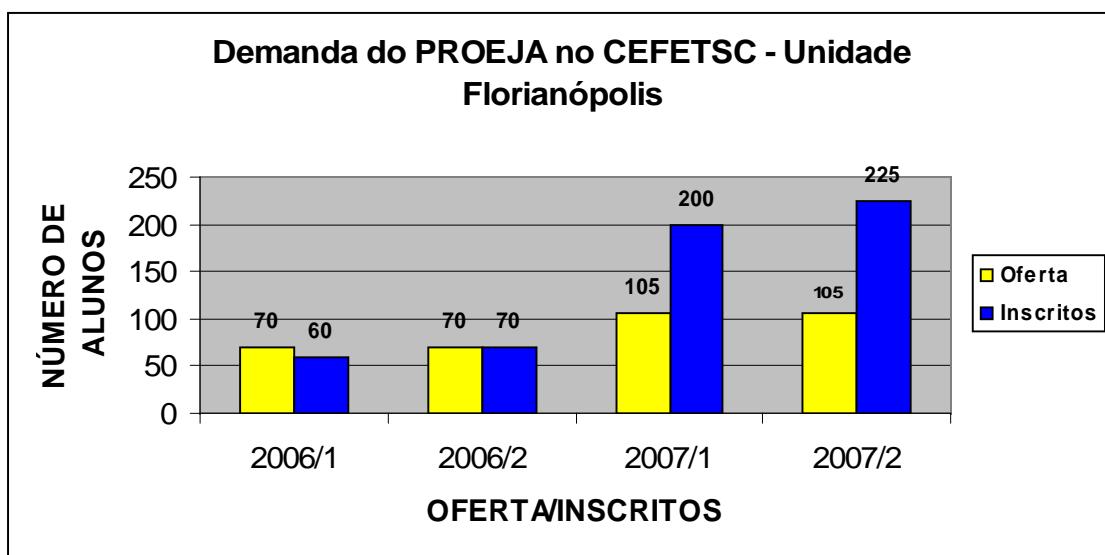


GRÁFICO 3.1 – DEMANDA DO PROEJA NO CEFET-SC – UNIDADE FLORIANÓPOLIS

Como se pode observar, através dos dados ilustrados no gráfico 3.1, a demanda do PROEJA no CEFETSC, unidade Florianópolis, vem aumentando.

A oferta de vagas e também o número de inscritos. Em 2006/1, foram ofertadas 70 vagas e compareceram 60 candidatos. Em 2006/2, foram ofertadas 70 vagas e compareceram 70 candidatos. em 2007/1, foram ofertadas 105 vagas e compareceram 200 candidatos e em 2007/2, foram ofertadas 105 vagas e compareceram 225 candidatos.

Já na Unidade do CEFETSC São José, conforme o gráfico 3.2, a demanda do PROEJA, em 2006/2, ofertou 32 vagas e compareceram 22 alunos. Também foram feitos questionários com os alunos, a respeito das expectativas com relação ao Curso Técnico de Nível Médio em Refrigeração e Condicionamento de Ar na modalidade EJA. O grande diferencial da unidade de São José, é que o PROEJA se dá de forma integrada. O aluno já inicia no curso técnico na 1^a fase, juntamente com as disciplinas da formação geral.

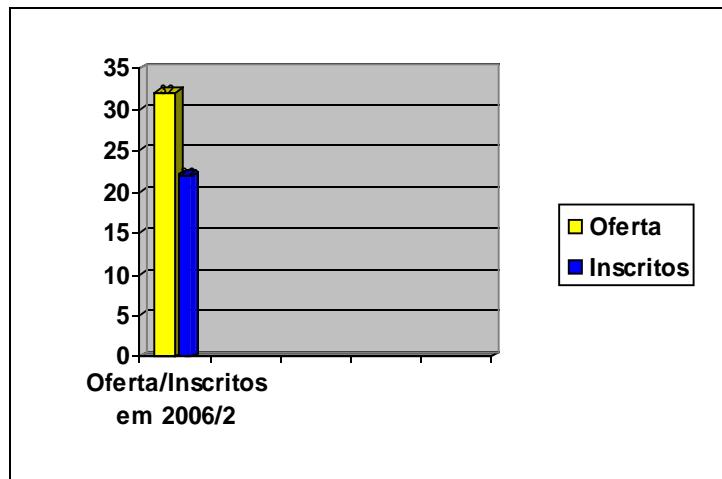


GRÁFICO 3.2 – DEMANDA E OFERTA DO PROEJA NO CEFET-SC – UNIDADE SÃO JOSÉ

3.4 – ANÁLISE DO PROCESSO DE OFERTA DO CEFET-SC FRENTE ÀS DEMANDAS SÓCIO-EDUCACIONAIS.

Um aspecto fundamental indicado por esta pesquisa refere-se ao esforço do CEFET-SC, por meio de suas unidades Florianópolis e São José, em ampliar a oferta de vagas para esta modalidade PROEJA. No CEFET-SC Unidade Florianópolis se verifica por intermédio do gráfico 3.3.1, que em 2007/2, foram oferecidas 105 vagas e que na unidade São José, por meio do gráfico 3.3.2, em 2007/2 foram oferecidas 32 vagas.

Percebe-se por meio dos dados levantados na região metropolitana de Florianópolis, pelos municípios de Biguaçú, Florianópolis, Palhoça e São José, no ensino fundamental através da tabela 2.3 que:

- No município de Biguaçú, com uma população de 9.145 alunos, na faixa etária de 7 a 14 anos, foram matriculados 8.228 alunos, portanto 917 alunos não foram matriculados por algum motivo.
- No município de Florianópolis, com uma população de 52.745 alunos, na faixa etária de 7 a 14 anos, foram matriculados 46.983 alunos, portanto 5.762 alunos fora da escola.
- No município de Palhoça, com uma população de 20.516 alunos, na faixa etária de 7 a 14 anos, foram matriculados 18.687 alunos, portanto 1.829 alunos fora da escola.
- No município de São José, com uma população de 28.669 alunos, na faixa etária de 7 a 14 anos, foram matriculados 27.578 alunos, portanto 1.091 alunos fora da escola.

Conforme se verificou na tabela 2.4, esses dados revelam que no ensino médio, nas três redes, Estadual, Municipal e Particular, ainda existe uma grande demanda a ser atendida.

No município de Biguaçú, com uma população de 3.404 alunos, na faixa etária de 15 a 17 anos, foram matriculados 2.522 alunos, portanto 882 alunos fora da escola.

No município de Florianópolis, com uma população de 22.832 alunos, na faixa etária de 15 a 17 anos, foram matriculados 22.990 alunos, portanto nenhum aluno ficou fora da escola.

No município de Palhoça, com uma população de 7.446 alunos, na faixa etária de 15 a 17 anos, foram matriculados 5.651 alunos, portanto 1.795 alunos não foram matriculados por algum motivo.

No município de São José, com uma população de 11.685 alunos, na faixa etária de 15 a 17 anos, foram matriculados 7.640 alunos, portanto 4.045 alunos não foram matriculados por algum motivo.

Constata-se que existe uma grande demanda de jovens e adultos que não conseguem vagas, principalmente no ensino médio, faixa etária esta que está compreendida entre 15 a 17 anos.

Destaca-se que no último censo do IBGE em 2000, Biguaçú possuía 38,28%, de seus habitantes na faixa etária de 10 a 19 anos. Florianópolis possuía 20% de seus habitantes na faixa etária de 15 a 24 anos. Palhoça era em torno de 19,5% constituídos por adolescentes e jovens na faixa etária de 15 a 24 anos. São José também com 20% desses jovens e adultos na mesma faixa etária de 15 a 24 anos.

Estas reflexões são relevantes, pois no cotidiano desta modalidade de ensino de jovens e adultos, O Centro de Jovens e Adultos, mais conhecido como CEJA, situado no centro de Florianópolis, próximo a Unidade Florianópolis do CEFET-SC, atendem em média 2.500 alunos anualmente.

Nessa perspectiva, ao se analisar as particularidades da demanda de EJA, no município de Florianópolis, no ano de 2006, foram matriculados 1.248 alunos.

No programa PROJOVEM, somente oferecido nas capitais do País, foram matriculados 245 alunos na faixa etária de 18 a 24 anos. Em São José registrou-se uma evolução na matrícula com 6.500 alunos no ensino fundamental e se formaram aproximadamente 1.500 alunos. No município de Biguaçú, nas classes de alfabetização, foram matriculados 99 alunos. Em Palhoça, 1.700 alunos, somente no ensino fundamental, com 53 turmas, em dez pólos distintos.

4 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao se resgatar o propósito desta pesquisa que foi o de identificar os limites e possibilidades do PROEJA considerando a demanda sócio-educacional na região metropolitana de Florianópolis e a relação com a oferta no Centro Federal de Educação Tecnológica de Santa Catarina/CEFET-SC, como resultado se enfatiza o fato de que existe um grande contingente de jovens e adultos, que estão por algum motivo, alheios ao processo educacional na região Metropolitana de Florianópolis, compreendida pelos municípios de Florianópolis, Biguaçú, São José e Palhoça.

No ensino fundamental, na faixa etária compreendida dos 7 aos 14 anos, o município de Florianópolis, conforme apuração realizada pelo Censo Escolar de 2005, possuía 52.745 alunos, deste montante somente 90% efetivaram a matrícula, logo 10% ficaram fora da escola. Em Biguaçú, dos 9.145 alunos, deste total, somente 90% foram efetivamente matriculados, e 10% não efetuaram a matrícula. No município de São José, com 28.669 alunos, somente 96% se matricularam, logo 4% ficaram de fora dos bancos escolares. Em Palhoça, dos 20.516 alunos, somente 91% foram devidamente matriculados e os 9% restantes. É inevitável ao perguntar - porque esses jovens não se matricularam?

No ensino médio, na faixa etária compreendida dos 15 aos 17 anos, o município de Florianópolis, possuía 22.990 alunos, deste montante 100% efetivaram a matrícula. Em Biguaçú, dos 2.522 alunos, deste total, somente 65% foram efetivamente matriculados, e 35% não efetuaram a matrícula. No município de São José, com 7.640 alunos, somente 47% efetivaram a matrícula, logo 53% ficaram de fora. Em Palhoça, dos 5.651 alunos, somente 57% foram devidamente matriculados e os 43% restantes - porque não se matriculararam?

Ao se verificar a relação da oferta na região metropolitana de Florianópolis, com a oferta no CEFET-SC, na modalidade EJA, se constata que no município de Florianópolis, foram matriculados em 2006, 1.248 alunos, em São José 6.500 alunos, em Biguaçu 99 alunos (somente alfabetização) e em Palhoça, 1.700 alunos. No CEFET-SC Unidade Florianópolis aproximadamente 100 alunos e no CEFET-SC, unidade São José, 22 alunos.

O CEFET-SC atua na região da grande Florianópolis, a pesquisa indicou uma grande demanda na modalidade PROEJA. Por outro lado percebe-se que a procura pelos cursos oferecidos pelo CEFET-SC, estão a quem desta demanda, o que sugere um trabalho melhor na divulgação do mesmo.

Outro aspecto que pode ser considerado, são os cursos que o CEFET-SC oferece, talvez não seja o que a demanda esteja necessitando, o que indica a necessidade de uma pesquisa de mercado para um pequeno ajuste.

Atualmente o CEFET-SC procura atender as demandas de PROEJA, na região da grande Florianópolis, por meio das unidades Florianópolis-IIha, Continente e São José. Na Unidade de São José, o PROEJA é oferecido de modo integrado no Curso de Ar Condicionado e Refrigeração. Na Unidade Continente oferece Cursos de Formação Inicial e Continuada nas áreas de Alimentação e Hospedagem. Essa mesma Unidade de Ensino pretende ampliar sua oferta na modalidade de EJA, oferecendo cursos de PROEJA.

Na Unidade Florianópolis-IIha, o PROEJA é oferecido com uma variedade maior de cursos tais como: Saneamento, Sistemas de Informação, Eletrônica, Mecânica Industrial, Automobilística, Eletrotécnica e Metereologia. Contudo nesta Unidade de Ensino, o PROEJA ainda não é oferecido de forma totalmente integrada.

O PROEJA, segundo seu Decreto de criação, não está restrito às Instituições Federais de Ensino, o que significa que as Secretarias de Educação Municipais e Estaduais, também devem se preocupar em atender esta demanda, levantada nesta pesquisa.

O que poderia ser feito? Parcerias com várias Instituições, bem como outros setores da sociedade, como: Ongs, empresas privadas, etc, mesmo diante de alguns limites que o CEFET-SC vem encontrando, na implantação do PROEJA, deve-se considerar o valioso trabalho em atender com qualidade, uma parcela dessa demanda sócio-educacional.

Considerando os dados coletados se entende como fundamentais trabalhos e estudos complementares que tratem de evasão e da metodologia para o desenvolvimento dos cursos. Tendo em vista a observação, de que nas várias Instituições pesquisadas, o modelo de trabalho se diferencia uns dos outros.

Para que o PROEJA cumpra os significados discutidos nesta pesquisa – o sócio-econômico, é preciso que os profissionais e os responsáveis pelos cursos que se desenvolvem e desenvolverão no seu âmbito tenham um verdadeiro compromisso com os processos de ensino-aprendizagem.

Para tanto, é necessário uma visão de totalidade, por práticas pedagógicas globalmente compreensivas do ser humano em sua integralidade, por abordagens integradas e integradoras do processo pedagógico e da teoria com a prática, pela interdisciplinaridade, pela contextualização e pela pertinência dos conteúdos, pelo estímulo à criatividade e pela relevância social e ética.

Esse trabalho pedagógico, fundamentado no trabalho como princípio educativo, vai muito além do que preparar para o trabalho, pois tem a ver com a própria constituição do ser humano como sujeito de sua vida.

5 – REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, Celso. **Como desenvolver as competências em sala de aula.** Petrópolis: Vozes, 2001.

BRASIL, Ministério da Educação, Secretaria de Educação e Tecnologia (2005). Documento Base do PROEJA.

BRASIL. Congresso Nacional. Constituição Federal da República Federativa do Brasil. 5 de outubro 1988.

CEFET/SC - Relatório de Gestão Exercício 2006 – Florianópolis/SC – Fev/2007.

CEFET/SC - Relatório do Exame de Classificação 2006/2 – Ensino Integrado ao Médio e PROEJA - Florianópolis/SC – Julho de 2006 – Cefet/sc – Unidade de Florianópolis/SC – Coordenadoria de Ingresso – COING.

_____. Congresso Nacional. Lei Federal nº 9.394. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. 20 de dezembro de 1996.

DOWBOR, Ladislau. **Educação, tecnologia e Desenvolvimento.** In Bruno, Lúcia. Educação e Trabalho no Capitalismo. São Paulo., Atlas, 1996.

FICHTNER, Berndt. **A Psicologia Histórico-Cultural – Contribuições para a educação do Terceiro Milênio:** In Anais do II Congresso Internacional de Educação de Santa Catarina. Florianópolis,SC. SED, 1998.

_____. Ministério da Educação. Programa de integração da educação profissional técnica de nível médio ao Ensino Médio na modalidade de educação de jovens e adultos – PROEJA – Documento base. Disponível em http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/acs_docbaseproeja.pdf. Acesso 31.05.2006.

MOURA, Dante Henrique. **Formação e capacitação dos profissionais da educação profissional e tecnológica orientada a uma atuação socialmente produtiva.** In: III Seminário regional para discussão da proposta de Anteprojeto de Lei Orgânica para a EPT. Natal. Disponível em <http://mec.gov.br>. Acesso 12/12/2004, 2004.

SINGER, Paul Israel. **Globalização e desemprego:** diagnóstico e alternativas. São Paulo,SP. Editora Contexto,1998.

PMF - Relatório da Secretaria Municipal de Florianópolis– Tiro de Meta – Segundo Tempo - Estado de Santa Catarina - Florianópolis/SC – em 10/02/2007.

São José, Secretaria de Educação e Cultura . **Proposta Curricular da Rede Municipal de Ensino de São José:** Uma primeira síntese 2000. São José,SC, 2000.

_____. Resolução CNE/CEB nº 1/2000 - Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação e Jovens e Adultos. Brasília: MEC, maio 2000.